



Sonia Penin, candidata à reitoria da USP, diz que universidade que assumir posição política

Pedagoga quer que alunos participem mais das decisões; única mulher na disputa não vê machismo na instituição

Renata Cafardo -



PAULO PINTO/AE

Diretora da Faculdade de Educação da USP Sonia Penin, candidata a reitora

SÃO PAULO - Durante a greve deste ano, Sonia Penin foi uma das poucas a não assinar um manifesto de diretores da Universidade de São Paulo (USP) que declarava apoio à reitora Suely Vilela e à ação da Polícia Militar no câmpus. A forte oposição e as repetidas declarações de que a universidade tinha perdido sua capacidade de dialogar fizeram com que a pedagoga surgisse como uma nova força combativa. No início do mês, ela se declarou candidata a reitora.

[Veja todas as entrevistas dos candidatos](#)

"Não há outro jeito. Ou nós conseguimos uma forma democrática de discussão das diferenças ou a instituição enfraquece", diz, ao defender maior representação de alunos e funcionários nas decisões. "Claro que os professores têm uma tarefa fundamental, mas eles precisam partilhar essas proposições da universidade com todos os envolvidos."

Até então, Sonia estava na situação. Seu cargo de maior destaque havia sido a pró-reitoria de graduação durante a gestão anterior, de Adolpho Melfi. Atualmente, dirige a Faculdade de Educação.

A professora, de 64 anos, é a única mulher na disputa para substituir outra mulher. E refuta a afirmação de que a atual reitora tenha sofrido machismo, manifestada por um candidato. Para ela, os problemas da gestão se deveram a "atitudes e formas de atuar".

Durante a entrevista, ela repetidamente defendeu que a USP precisa assumir uma posição política. "A universidade tem de se articular melhor. A USP não tem uma história de ações políticas ousadas junto ao Estado, ao Legislativo,

à própria mídia. É preciso, por exemplo, fazer avançar políticas de maior inserção e escolarização de toda a população."

Por que decidiu se candidatar a reitora e anunciou isso tardiamente?

Eu acho que pela repercussão de algumas ações. A experiência de gestão vai mostrando a forma de atuar das pessoas, sobretudo depois desse último evento trágico (greve e conflitos). O documento que reunimos foi algo muito forte entre as pessoas que estavam ali. Era diferente do outro, de outros diretores, caminhava na direção de a USP não colocar a polícia, mas aumentar as possibilidades de diálogo. Usar a força do argumento, da palavra. Em 2007, tentamos discutir no CO (conselho universitário, órgão máximo da USP) a importância de se tomar uma posição política, de conversar com o governador. Não ocorreu e aquilo eclodiu com a greve em maio. A excelência da USP não se reflete na competência de lidar com as coisas internas. Isso é meio paradoxal porque a universidade é o lugar da crítica. O CO deve limpar um pouco a pauta de questões administrativas e ter um espaço de discussão acadêmica e política.

O CO não faz isso?

Só discute quando tem algo para votar. Aí já está muito em cima da hora. A USP deve atuar mais politicamente no desenvolvimento do País, com mais equidade.

A senhora já declarou ser a favor do Enade. Tomaria a decisão da adesão logo que assumisse?

A USP tem o seu tempo. Levanta todas as questões para propor algo mais responsável. Mas, assim como a pós-graduação, a graduação precisa ser avaliada. A comunidade brasileira definiu a necessidade de avaliação, na LDB, na Constituição. A instituição tem de ser avaliada por três fatores: institucional, cursos e alunos. As duas primeiras, os conselhos estaduais cuidam. É importante também avaliar os alunos porque há a possibilidade de se maquiarem a questão institucional. Quando os avaliadores chegam, as bibliotecas e os laboratórios podem estar de um jeito e, ao sair, serem reorganizados. Aquilo que pode ser manipulado nos cursos não pode ser o rendimento do aluno, que faz uma prova.

Quando a senhora era pró-reitora, a USP participava do Provão.

Sempre foi muito dividido isso em São Paulo. Eu era membro do COG (conselho de graduação) e decidimos participar do Provão. Era a favor, naturalmente. E a posição vencedora ocorreu por poucos votos. Em vários momentos discutimos isso, porque sempre tivemos questões operacionais e conceituais. Não existe avaliação perfeita, todas têm de ser revistas, mas elas devem ser feitas porque são parte da responsabilidade social.

Na gestão Melfi não havia ação afirmativa audaciosa na USP. A sra. era contra esse tipo de política?

De nenhuma forma. Nós aumentamos o número de isenções na taxa de inscrição. Era outro momento, mas foram várias ações afirmativas, como a USP Leste. Modificamos o vestibular e foi o maior aumento de vagas de todas as gestões. O Inlusp (programa de inclusão da USP) avançou em muitos aspectos. Só temos uma saída: melhorá-lo e ampliá-lo.

De que modo?

Temos um limite para os alunos entrarem. Há também necessidade de articulação com as secretarias. A universidade tem de se articular melhor. Em geral, a USP não tem uma história de ações políticas ousadas junto ao Estado, ao legislativo, à própria mídia. É preciso fazer avançar políticas de maior inserção e escolarização de toda a população. Está muito claro em alguns países que avançaram, como a Coreia, a valorização da educação. Estamos ainda patinando em volta de 12% dos jovens no ensino superior, enquanto outros países estão com 80%, 90%.

Como a USP pode ajudar?

Uma tarefa é a de otimizar, usar os espaços no período noturno. Mas também apresentando políticas públicas em diversos setores. A universidade tem de ser um interlocutor das lideranças nacionais para discutir essas questões.

A senhora diz em seu programa que os alunos têm de ser ouvidos.

Temos de melhorar a democratização internamente. Nosso estatuto é velho, de 1988, precisa ser mudado. Nos primeiros dias da gestão, começaria propondo uma estatuinte. Você pode fazer fóruns abertos e depois, claro, vai fechando até chegar a uma discussão pelos colegiados. Há necessidade de mais representação no CO, por exemplo. Três funcionários é um número muito pequeno. Os alunos precisam se sentir representados, eles são a razão de ser da universidade. Claro que os professores têm uma tarefa fundamental, mas eles precisam partilhar essas proposições da universidade com todos os envolvidos.

Mudaria o formato das eleições?

No âmbito das unidades (eleição para diretor), não tem de ter lista tríplice para reitor nenhum decidir. Mas todo trabalho do gestor tem de ser avaliado, com prestação de contas. Também na reitoria. Como gastar também deve vir de um projeto institucional. A ampliação de unidades na USP tem sido um problema. Hoje, o orçamento é de R\$ 3,57 bilhões, com 83% para salários. Só há 17% para gastar. A USP cresceu, a pós-graduação duplicou. Isso acaba interferindo na infraestrutura. Muitas unidades estão fazendo blocos didáticos a mais, é uma necessidade cujos indicadores devem ser melhor discutidos. Porque razões, todas as unidades têm.

Qual o critério hoje para a distribuição do dinheiro?

Eu acho que as propostas bem formuladas dos diretores acabam tendo uma aceitação. Isso precisa de uma discussão ampla institucional. Que tipo de cursos? Quanto podemos ampliar nos cursos noturnos? Afinal, esse orçamento vem para a USP com muito esforço da população paulista, que muitas vezes não tem nem terá seus filhos aqui. Quando compram pão, leite, todos pagam uma parte para o ICMS que vem para nós. A prestação contábil é feita hoje, não há desvio de verba. A questão é se está sendo colocada naquilo que um projeto institucional decide que é o melhor.

É a única mulher na disputa. Há quem diga que a reitora enfrentou machismo.

Não me parece que tenha ocorrido discriminação aqui. Acho que são as atitudes, as formas que podem ser avaliadas mais do que o fato de ser mulher.

É uma candidata de oposição?

Eu proporia várias diferenças de gestão e a principal delas seria democratizar a USP. Essa briga interna só tem enfraquecido a instituição. É preciso receber todos, ao longo do ano. Não há outro jeito. Ou nós conseguimos uma forma democrática da discussão das diferenças ou a USP enfraquece.

A senhora é a favor da adesão ao Enem como vestibular?

O Enem nunca vai dar conta de um vestibular na USP, tendo em vista que a relação candidato-vaga é muito alta.

A Unifesp está aderindo em cursos concorridíssimos.

Pode ser numa primeira fase. Mas na segunda precisa classificar.

Na primeira fase a Fuvest poderia aderir, então?

Mas hoje a gente já tem uma parcela importante do Enem. É preciso olhar a questão do mérito em todo ensino básico. É muito mais inteligente um país resolver o problema de alto a baixo.

Quem é:

Sonia Penin

É pedagoga e pesquisadora da área de formação de professores, práticas escolares e avaliação

É diretora da Faculdade de Educação da USP

RETROSPECTIVA

João Grandino Rodas

"O Includsp (Programa de Inclusão Social da USP) foi uma modalidade engenhosa de favorecer a inclusão sem desconsiderar o mérito. Se for aperfeiçoado, ele é um caminho para aumentar a inclusão"

Glaucius Oliva

"O papel de uma universidade de excelência como a USP tem de ser de melhorar o sistema de educação superior como um todo. E uma das maneiras de fazer isso é participar de exames nacionais"

Armando Corbani

"Não existe grande cisão na universidade entre uma gestão e outra. Não se coloca um castelo no chão e se constrói outro. Você faz melhorias de maneira geral em setores que você acha que estão mais comprometidos".

Wanderley Messias

"A reitoria é muito grande em número de pessoas, em quantidade de órgãos e no custo que representa, de 20% do orçamento da universidade"

Ruy Altafim

"A USP tem excesso de veículos de comunicação: cada unidade tem seu jornalzinho. É como se fosse um engarrafamento de informação. Você acaba não indo para lugar nenhum"

Sylvio Sawaya

"Vamos montar um software que deixa todo mundo falar com todo mundo dentro da USP. Com uma senha, você se comunica. Cada um pode colocar o que acha"

